

**CONSTRUÇÃO DE MUNDOS:
ENTRE A TEORIA SOCIAL EMPÍRICA
E A TEORIA SOCIAL UNGERIANA.**
*CONSTRUCTION WORLDS:
BETWEEN EMPIRICAL SOCIAL THEORY
AND UNGERIAN SOCIAL THEORY.*

Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli*

RESUMO: Este artigo está organizado em duas partes. A primeira delas trata dos pressupostos da Teoria Social empírica e sua relação direta com a reflexão na Ciência Política. Realiza uma crítica aos marcadores internalistas, chamando a atenção para as consequências dessa maneira de reflexão na medida em que a política se autonomiza frente aos outros domínios do conhecimento humano. Analisa também as premissas empregadas pela escola da escolha racional e do neoinstitucionalismo. A segunda parte discute a Teoria Social proposta pelo teórico brasileiro Roberto Mangabeira Unger e seus pressupostos antinaturalistas. Sua teoria social distancia-se tanto da teoria social empírica quanto do marxismo. Traz uma interpretação autêntica da política, a qual possui potencial para mudar o paradigma da teoria e da prática, combatendo o hegelianismo de direita e promovendo o papel da imaginação humana na ação política sem render-se ao fatalismo do destino. Advoga-se que a teoria social ungeriana possui potencial para lutar contra a hostilidade do deserto, conforme metáfora utilizada por Hannah Arendt.

Palavras-chave: teoria social empírica; ciência política; Roberto Mangabeira Unger; experimentalismo; teoria da escolha racional.

* Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil; e-mail: originalfb@gmail.com

ABSTRACT: *This paper is organized in two parts. The first one deals with the assumptions of Empirical Social Theory and its direct link in Political Science reflections. Achieves a critique about those internalist markers, emphasizing the consequences of this way of thought inasmuch as politics get embedded from other fields of human knowledge. It also analyzes the assumptions applied by the school of rational choice and the school of neo-institutionalism. The second part discusses the Social Theory offered by Roberto Mangabeira Unger, a Brazilian theorist, and his anti-naturalistic theoretical assumptions. His social theory is distinct both from empirical social theory and from Marxism. It introduces an authentic interpretation about politics, which holds a potential to change the paradigm of the theory and practice, fighting against Right-Hegelianism and promoting the role of the human imagination in political action without surrender to a fatalistic fate. It is advocated that Ungerian Social Theory holds potential to strike the hostility of the desert, as Hannah Arendt told.*

Keywords: *empirical social theory; political science; Roberto Mangabeira Unger; experimentalism; rational choice theory.*

1 INTRODUÇÃO

Há algum tempo as ciências sociais debruçam-se na investigação de inúmeras crises: do Estado nacional, da democracia representativa, da política e – por que não dizer? - da própria ciência social enquanto instrumento de análise. Este artigo procura explicitar críticas aos pressupostos da teoria social hegemônica contemporânea. Tais pressupostos limitam a capacidade analítica de compreensão das sociedades e dos fenômenos políticos.

O processo de complexificação social e de imperiosa inclusão de atores políticos antes marginalizados nos processos de tomada de decisão impõe aos estudiosos da área a ponderação a respeito da importância de revisão constante dos seus aparatos analíticos. O escritor português Alberto Pimenta (1977, p. 35), em um belo poema chamado ‘Elegia’, apresenta os desafios da imperiosa metamorfose humana:

já nada é o que era
e provavelmente nunca mais o será
e mesmo que o fosse
algo me diz que já não seria o que era
porque o que era
era o que era por ser o que era
do que eu me lembro muito bem
embora eu então não fosse o que agora sou
mas o que agora sou
ou estou a ser
é deixar de ser o que sou
porque eu sou deixando de ser
deixar de ser é a minha maneira de ser
sou a cada instante
o que já não sou
e o mesmo se deve passar com tudo o que é
motivo por que não admira que assim seja
quer dizer
que nada seja o que era
e se assim é
ou já não é
seja ou não seja.

O ato de viver depende do entendimento do dinamismo das contingências da vida. A incapacidade ou a não-aceitação dessa realidade poderá resultar em pequenas mortes durante a vida, na medida em que se desiste do enfrentamento dos desafios. E assim também ocorre com a ciência. Nesse sentido faz-se mister que a teoria social - e a ciência política em particular - proporcione o corajoso diálogo do contraditório para que supere o discurso fatalista da eterna crise, mostre-se capaz de construir novos mundos e possa propor alternativas institucionais que fortaleçam e renovem a democracia e a política. Com vistas ao cumprimento do propósito apresentado, o artigo propõe o diálogo a partir das inovadoras proposições de Roberto Mangabeira Unger.

O objetivo deste paper está relacionado à tentativa de aclarar criticamente as proposições da teoria social empírica em voga nas Ciências Sociais contemporâneas, de forma a permitir localizar os seus limites, focalizando a influência dos preceitos da chamada Revolução Acadêmica e suas consequências posteriores, bem como o papel da teoria da escolha racional e do neoinstitucionalismo na Ciência Política. No segundo momento, o que se quer é confrontar tal teoria social empírica com uma teorização alternativa. Assim, procura esclarecer os pressupostos da teoria social formulada por Roberto Mangabeira Unger, cuja obra levou o reconhecido historiador inglês Perry Anderson a afirmar que:

for a long time intellectuals from the First World have been diagnosing the condition and prescribing the treatment of the Third – still the dominant mode of all writing on the subject. Here something new has occurred: a philosophical mind out of the Third World turning the tables, to become synoptist and seer of the First (Anderson, 1992, p.148).

Na conclusão, busco aliar pressupostos da teoria social de Unger à teoria social empírica, de modo a fazer emergir potenciais novos modos de construção de mundos sociais.

2 TEORIA SOCIAL EMPÍRICA

A partir do final da Segunda Guerra Mundial a Ciência Política dos EUA experimenta mudanças bastante profundas. Naquele momento havia forte anseio por reformar a Ciência Política, ímpeto que também atingiu outras disciplinas, como a Filosofia, a Economia e os Estudos de Língua Inglesa. Esse anseio gerou implicações severas nas ciências humanas, de modo a comprometê-las com (i) a devoção ao modelo das ciências duras; (ii) o compromisso com a objetividade; (iii) a confiança no poder da análise formal e (iv) a aversão às “ideologias” e a ameaças à “pureza disciplinar” (Lessa, 2011, p.18; Bender, 1998, p.20). Sob os auspícios dessa metamorfose, também conhecida

como “Revolução Acadêmica”¹, essas disciplinas deveriam dedicar-se a produzir conhecimentos empíricos. É nesse momento que, no campo econômico, por exemplo, a Economia Política perde prestígio e a Econometria passa a ganhar relevância a partir de nova maneira de se fazer ciência, focada na coleta de dados. Na Ciência Política, o mudancismo do período significou a ascensão de análises behavioristas.

A revolução behaviorista trouxe inúmeras influências para a Ciência Política, dentre elas o questionamento do historicismo crítico e da normatividade empregadas pela Filosofia Política. Essa nova ciência passava a dedicar-se à observação dos fenômenos empíricos, de modo a explicar a ocorrência da conjuntura política do mundo real, num exercício no qual a discussão dos pressupostos teóricos da análise empírica ficara relegada ao segundo plano em prol do descritivismo. Isso fez com que muitos estudos dos anos 50 nos EUA, berço de tais mudanças, passassem a referir-se somente aos benefícios do sistema político estadunidense, prendendo-se às suas funcionalidades e análises internas do sistema, ignorando questões exógenas elementares do período, como a desigualdade social ou a questão racial. Tal análise se prendia apenas a manifestações quantificáveis e mensuráveis dos fenômenos, cuja premissa estava calcada na racionalidade maximizadora de interesses dos indivíduos na esfera pública.

O rebatimento das análises internalistas dos benefícios na democracia dos EUA reverberou para o Brasil a partir da ideia de que o próprio sistema político brasileiro fora também responsável pelo fracasso na manutenção da democracia, culminando no golpe militar de 1964 (Lessa, 2011, p.20). A negação da Ciência Política em solicitar auxílio de outras disciplinas com o objetivo de tornar suas análises mais reflexivas fez com que muitos trabalhos passassem a enfatizar o sistema político como causa exclusiva para a crise política e o golpe de 1964, num exercício de autonomização da política em relação a outros domínios da experiência social cuja conseqüência acarretou na despreocupação em contextualizar o envolvimento das estruturas sociais específicas, contraditórias e dinâmicas.

A preocupação com o método e com as pesquisas quantita-

² O termo “Revolução Acadêmica” foi cunhado por David Riesman & Christopher Jencks (1968) para designar a série de mudanças que estavam a ocorrer nos métodos científicos.

tivas (e o conseqüente apoio da Estatística e do economicismo racionalista na análise política) eram constantes dessa nova Ciência Política. Contudo, tal cientificismo fez com que os pesquisadores sistematicamente deixassem de voltar seus olhos aos mecanismos que excluía da agenda de discussões temas inconvenientes aos grupos dominantes. Na verdade, tal abordagem deixa em aberto a análise do entendimento estrutural, histórico, filosófico e relacional de problemas sociais importantes. Em suma, deixa de problematizar algumas das contradições existentes na sociedade em prol de uma reflexão que se pretende desideologizada. O rigor metodológico passa a ser mais valorizado do que as discussões teóricas implícitas.

Bachrach e Baratz (1962) chamam a atenção para o fato de que pautar a agenda pública com matérias incontroversas, porém secundárias, em detrimento de questões primordiais também é um exercício de poder, ou seja, o poder e influência também são disputados por meio de conflitos encobertos. É fundamental notar que esse mesmo exercício de poder não se limita ao governo, mas também a toda estrutura de poder existente, dentre elas a própria intelectualidade que, por sua vez, privilegia a realização de análises internalistas da política, – utilizando-se de linguagem altamente técnica – enquanto poderia dedicar-se ao aprofundamento reflexivo de temas controversos, infensos aos interesses dominantes, porém primordiais para o aprofundamento democrático da sociedade.

O “pragmatismo anti-pragmático” dessa Ciência Política originária dos EUA do pós-guerra, a qual privilegiava o método, animava-se pela promoção da pesquisa das técnicas do trabalho (workable techniques). Com muita franqueza Wolin (1969) afiança que a alegada neutralidade dessas pesquisas é falsa e reforça uma visão acrítica das estruturas políticas estabelecidas, de modo a camuflar os conflitos existentes, sendo altamente ideológica justamente por buscar afastar as ideologias. Esse novo ideal de política a transforma em instrumento de escolha de meios mais eficientes para alcançar objetivos definidos pelos especialistas. É como se esse “pragmatismo” da Ciência Política produzisse apenas manuais a respeito do que se deve e do que não se deve fazer, e não mais estudos da realidade mediados teoricamente. Uma das conse-

quências imediatas de tal postura foi o empobrecimento da imaginação e da criatividade para a superação dos problemas do mundo real como supostamente a nova ciência da política deveria ajudar a realizar.

Esse modelo científico não criou estímulos para fazer os cientistas pensarem novas teorias ou criticar antigas teorias, mas simplesmente legitimou as teorias dominantes e colaborou para a manutenção das práticas sociais opressoras por meio da manutenção da institucionalidade presente². As consequências dessa postura fazem com que o status quo seja preservado, mas mais do que isso, o desejo pela ordem traz à tona um mal disfarçado desejo de evitar a desordem, à medida que se traduz desordem por participação popular maciça. Wolin avança na defesa de sua tese, afirmando que não raro era possível encontrar pesquisas acadêmicas que se perguntariam a respeito dos motivos para o “normal flow of events in American politics” e concluindo que “the long-run stability of the system depends on the underlying division of party loyalties” (Wolin, 1969, p.1064), ou seja, a política passa a explicar-se a si mesma por meio do comportamento político, sem que seja possível levar em consideração o contexto histórico ou os pressupostos institucionais e ideológicos da ordem social estudada.

Outra característica da Ciência Política originária dessa ramificação é a forte influência da teoria da escolha racional que, por sua vez, toma emprestada da realidade empírica apenas elementos capazes de escorar uma visão de mundo pré-determinada, descartando como secundários outros tantos elementos que dificultariam a conclusão parcial da qual se busca atingir. Dessa maneira acaba por legitimar-se na sociedade por meio de discurso científico de base economicista à

³ No debate que se refere ao hegelianismo de direita, o qual compreende o presente como o fim da história e a consequente perpetuação do presente sobre o futuro, Arendt traz arguta observação entre as obras de Hegel e Marx: “Só existe uma diferença essencial entre Hegel e Marx, embora, verdade seja dita, de importância catastrófica: Hegel projetou a sua visão histórico-mundial exclusivamente para o passado e deixou a sua consumação esbater-se no presente, ao passo que Marx, ‘profeticamente’, projetou-a, ao contrário, para o futuro e compreendeu o presente como um simples trampolim. Por mais revoltante que pudesse parecer a satisfação de Hegel com as circunstâncias concretas então existentes, ele estava correto, em seu instinto político, em restringir seu método ao que era compreensível em termos puramente contemplativos e abrir mão de usá-lo para estabelecer objetivos para a vontade política e fazer melhoramentos aparentes no futuro. Na medida, porém, em que tinha necessariamente de compreender o presente como o fim da história, Hegel já havia, em termos políticos, desacreditado e contraditado a sua visão histórico-mundial, quando Marx então a usou para introduzir na política o princípio real e mortalmente antipolítico...” (Arendt, 2013, p.118-119). Tal visão de Marx que Arendt afirma ser ‘mortalmente antipolítico’ é o mecanicismo de base evolucionista presente no método do materialismo histórico.

medida que mascara suas ideias e crenças particulares. Dessa forma, ao mesmo tempo em que afirma apenas descrever, explicar a sociedade, também acaba por prescrever uma determinada visão de mundo³.

A reificação da dimensão econômica por meio da ideia de mercado pressupõe “modelo político alternativo capaz de fundar uma sociedade eficiente sem a necessidade de uma instância de autoridade constituída centralmente [...] uma perspectiva política que é, ao mesmo tempo, apolítica” (Carvalho, 2008, p.22). Nesse modelo a própria ideia de natureza humana postula indivíduos voltados sempre para a maximização dos seus interesses privados, interpretação que dificulta o entendimento de identidades coletivas dinâmicas que, por sua vez, não são regidas pela maximização dos seus interesses. O indivíduo encarnado nessa teoria é desinflado a tal ponto que só lhe resta a operacionalização da perseguição de seus interesses privados, deixando de lado a noção de toda a matéria simbólica, além de considerá-lo culturalmente amorfo e desintegrado da história e das contingências pessoais. A política encarnada nessa teoria é desprovida de conceitos ou valores humanísticos. Nesse sentido, Carvalho (2008, p.258) afirma que

a definição de estrutura social como um conjunto de instituições funcionais conduz a um pensamento incapaz de examinar fatos sociais desvinculados da racionalidade dos agentes, que passam a ser prejudgados exclusivamente pela sua relevância para o desenvolvimento econômico.

A busca da objetividade e previsibilidade nessa Ciência Política pautada pela escolha racional a distancia de juízos de valor e a aproxima das Ciências Exatas, tanto no método quanto na linguagem utilizada. No método, busca produzir hipóteses sobre a reali-

³ Charles Dickens, um dos maiores escritores ingleses, escreveu um romance chamado “Hard Times”, no qual procurou realizar uma crítica social mordaz às condições de vida e aos economistas utilitaristas de sua época, aos quais se referia como “those who see figures and averages, and nothing else — the representatives of the wickedest and most enormous vice of this time — the men who, through long years to come, will do more to damage the real useful truths of political economy than I could do (if I tried) in my whole life; the addled heads who would take the average of cold in the Crimea during twelve months as a reason for clothing a soldier in nankeens on a night when he would be frozen to death in fur” (Dickens, 1990, p.275).

dade, cuja confirmação ou refutação é feita a partir da comparação com a realidade. As hipóteses devem ser gerais e explicadas por argumentos simples, retirando apenas aspectos específicos da vida social. Contudo, tal grau de generalização torna a análise inconsistente, dado que abarca apenas a parte da realidade do mundo que convém, uma concepção extremamente particular de mundo, mascarando a dominação com argumentos de neutralidade. Alguns dados são abarcados pela epistemologia, enquanto outros são descartados sob o argumento de serem “fenômenos irracionais” (Carvalho, 2008, p.77). Tais fenômenos entendidos como irracionais, se incorporados ao corpo teórico, tornariam claro seu aspecto contraditório ao complexificar um mundo que não pode ser definido apenas por meio da maximização da busca de interesses egoístas.

À medida que essa prática metodológica se consolida, a teoria que se busca positiva, objetiva, acaba também por tornar-se prescritiva, ao ‘recomendar’ um tipo de mundo no qual estão presentes aqueles pressupostos teóricos presentes na teoria. Quanto à linguagem, também busca se assemelhar à Física ou às Ciências Exatas (ou procura forjar uma aproximação com a Microeconomia), de maneira geral, quando reproduz expressões como ‘sistemas’, ‘forças de mercado’ ou ‘preferências de interesses’.

2.1 Críticas às premissas do campo hegemônico da teoria social empírica

O agudo poder de influência das universidades sediadas nos EUA facilitou a disseminação ao redor do mundo de teorias sociais cujas premissas baseadas na racionalidade estivessem fortemente apoiadas no contexto dos EUA após o final da Segunda Guerra. A racionalidade da teoria da escolha racional e o rebaixamento da crítica sem dúvida está ligada à tentativa de manutenção do domínio social, político e econômico daquela nação, a partir da sua emergência como a maior potência capitalista no pós-guerra⁴. Além disso, inter-⁵ Reinhardt Koselleck (1999) discorda dessa tese, ao localizar o aspecto do rebaixamento da crítica no passado mais distante. A Revolução Francesa e a modernidade teriam inaugurado essa percepção da crise da crítica no mundo. As origens dessa crise estão nas guerras religiosas. O autor alemão chama a atenção para o fato de que, na França, o método utilizado pelos monarcas para

namente, contou também com o forte apelo da narrativa do mercado em oposição ao campo da política e da esfera pública.

A teoria da escolha racional submete a cognição humana aos anseios de valorização da propriedade típicas da sociedade de mercado, na medida em que insere a ideia do comportamento maximizador de oportunidades no ambiente social. O homem originário dessa filosofia é identificado como racional na medida em que realiza seus objetivos por meios eficientes e efetivos, motivados por interesses pessoais na busca de maiores benefícios a si próprios. Todavia, essas características, apesar de serem apresentadas como naturais, são fruto de construção social que valoriza práticas e métodos economicistas em detrimento de métodos calcados na análise profunda dos complexos problemas sociais. Sob o espírito desse juízo, é relevante citar Carvalho (2008, p.263), que traz Marcuse à baila:

Marcuse argumenta que a racionalidade moderna reflete valores predeterminados que absorvem os esforços liberalizantes do pensamento, mantendo-os presos ao apparatus social e econômico. Além disso, devido ao desenvolvimento pleno das ações de maximização características do sistema capitalista, a racionalidade transforma-se em razão técnica. O resultado é uma reflexão articulada a mecanismos de controle e perpetuação das relações sociais voltadas para a eficiência lucrativa e para a padronização monopolista.

Nesse sentido a esfera pública passa a não refletir a legitimidade popular e se fecha para a sua representação, na mesma medida em que reifica o sistema legal corrente, esvaziando a capacidade de transforma-

debelar as guerras religiosas e manter a paz foi a criação da ideia de razão de Estado e o consequente afastamento da discussão entre as diferentes concepções de moralidade do espaço público da política, restringindo-as à vida privada, já que acreditavam serem esta diversidade de concepções as responsáveis pelo facciosismo na sociedade da época. Tal separação entre vida privada e vida pública fez com que a moralidade ficasse restrita ao âmbito privado, o que teria feito com que os súditos não se sentissem mais responsáveis pela política. Conforme as lembranças das guerras religiosas eram esquecidas a razão de Estado, assim com a ideia tradicional de autoridade, passam a ser questionadas pelos representantes do Iluminismo, até que eclode a Revolução Francesa. O desmoronamento da autoridade, aliada à moralidade crescentemente apolítica restrita ao domínio privado faz com que o exercício da crítica entre em crise e dê espaço para a defesa de moralismos ficcionais, os quais teriam fortalecido período de guerras e revoluções. Teriam fortalecido esse período porque o futuro utópico associado aos moralismos ficcionais abririam espaço para usos voluntaristas da história com objetivos de se conseguir legitimação política para determinadas ações que poderiam possuir caráter altamente ideológico e potencialmente autoritário.

ção institucional. O discurso da racionalidade econômica e da técnica tira até mesmo do mercado o seu aspecto transformador, em prol de uma conotação divinizadora em seu discurso. A subordinação da política à técnica pressupõe a definição a priori de um aparato estatal que funcione a partir de características ideais e voltado para a consecução de soluções de ação coletiva do mercado (Carvalho, 2008, p.245).

A resistência das pessoas comuns e da teoria social em assumir o fazer político reflete preconceitos e equívocos que se retroalimentam:

Our prejudices invade our thoughts; they throw the baby out with the bathwater, confuse politics with what would put an end to politics, and present that very catastrophe as if it were inherent in the nature of things and thus inevitable. Underlying our prejudices against politics today are hope and fear: the fear that humanity could destroy itself through politics and through the means of force now at its disposal, and, linked with this fear, the hope that humanity will come to its senses and rid the world, not of humankind, but of politics (Arendt, 2005, p.97).

A reflexão incapaz de tratar do processo dinâmico de acomodação de grupos organizados com demandas particulares no contexto de debate das políticas públicas desvaloriza o processo de constituição de comunidades democráticas e faz com que a teoria da escolha racional ignore o debate estrutural sobre temas vitais, como a relação entre o poder e as leis, o Estado e a nação, a igualdade e a justiça, as questões identitárias e a cidadania. Enfim, ao focalizar o debate sobre a ação governamental e a vida ordinária das instituições, acaba por ignorar um amplo espectro da vida social. É como se captasse apenas a fotografia de um momento, enquanto não percebe o desenrolar do restante do filme.

Conforme o campo teórico da escolha racional reconhece que os mercados não são mecanismos que alocam perfeitamente os recursos escassos da sociedade em competição perfeita, então o estudo das instituições e do Estado ganha precedência a partir do neoinstitucionalismo. As instituições seriam, portanto, responsáveis por criar res-

trições que regulam as condutas dos agentes. O desenvolvimento de determinadas instituições formais e informais instaura-se como um meio para se atingir padrões comportamentais racionais⁶. Com isso, os agentes teriam incentivos para deixar de agir de maneira oportunista em prol da maximização das oportunidades sociais. Contudo, o neoinstitucionalismo acabou por se mostrar anti-institucional, pois apenas justifica a importância das instituições (entendido como um conjunto de regras formais e informais) presentes na ordem sociopolítica (Taylor e Hall, 2003), na medida em que elas moldariam os interesses dos atores políticos, ou seja, seus estudos seguem na direção da justificativa da manutenção da inércia institucional e não da mudança.

Mesmo o neoinstitucionalismo histórico se preocupa apenas em analisar o papel da História na formação das instituições a partir de um prisma bastante conservador, na medida em que associa a ideia do path-dependence (Thelen, 1999). De acordo com essa tese, as instituições teriam o formato que tem por conta do desenvolvimento histórico dos processos ocorridos em cada país, forjado a partir de uma determinada cultura composta por características específicas. Segue ignorando na reflexão, portanto, a possibilidade de mudança institucional e o fato de que o mesmo desenvolvimento histórico poderia gerar instituições distintas, caso outras opções políticas tivessem se saído vitoriosas. Na verdade, a ênfase de cada uma das abordagens neoinstitucionalistas se distingue apenas no foco de análise pelo qual justifica a inércia institucional (a história, a cultura, a sociologia, os discursos), mas todas elas possuem em comum o fato de serem, em essência, anti-institucionais e deterministas, na medida em que a análise dos contextos formadores estruturadores das instituições são ignorados na reflexão.

Assim, o debate baseado na retórica de racionalismo individualizante estruturado no entendimento pretensamente neutro e tecnocrático da esfera pública esvazia o conflito de ideias em prol de discurso alegadamente cientificizante, já que a transformação dos fatos sociais em dados matemáticos afasta os não especialistas do debate político,

6 O desejo de evitar a desordem fica explícito na medida em que Ostrom (1986, p.5) define a formação de regras (formais ou informais) como “resultado de esforços explícitos ou implícitos de um conjunto de indivíduos para alcançar ordem e previsibilidade em determinadas situações”.

já que não sabedores do discurso especializado. As políticas públicas deveriam ser definidas pelos especialistas, desvinculando-os dos processos políticos democráticos com participação social, argumentam os técnicos. Esse discurso volta-se exclusivamente para o tema da estabilidade e crescimento econômico, ignorando conflitos e questões estruturais: as desigualdades e disfunções presentes na sociedade.

O problema central da teoria da escolha racional é restringir a política e a razão humana à abstração reificada do mercado e à idéia de escassez social. O desafio proposto é entender a racionalidade como uma instância plural, vinculada também a uma reflexividade aberta à configuração de novos projetos sociais. [...] Cabe distinguir uma ação que permite o exercício e controle efetivo da história, em oposição a um entendimento da racionalidade como um domínio contraposto ao governo e, substancialmente, à livre atividade política em si mesma (Carvalho, 2008, p.274).

De acordo com Carvalho, com o qual concordamos, a reconstrução de um novo discurso capaz de colocar em xeque a teoria hegemônica presente nas Ciências Sociais e, especialmente, no interior da Ciência Política, pleiteia a inclusão de reflexão que magnetize a análise social e histórica, contextual e contingencial da vida em sociedade, em suma, um discurso que envolva mais mundos, para além do mundo da racionalidade e da inércia institucional. Modos de pensar racionais não devem se ausentar dessa nova reflexão, mas podem ser desinflados, na medida em que são apenas parte do contexto da vida social. Há que se questionar o modo de fazer política que inclua apenas determinados grupos organizados e especialistas, excluindo a grande massa de desorganizados na medida em que, assim, esta se torna cada vez menos crença na capacidade de mudança que a política pode operar nas suas vidas.

Mais uma vez Hannah Arendt auxilia na indicação de caminhos possíveis para a reconstrução da política:

The prejudices that we share, that we take to be self-evident, [...] is something that constitutes an integral part of those human affairs

that are the context in which we go about our daily lives. That prejudices play such a large role in daily life and therefore in politics is not something we should bemoan as such, or for that matter attempt to change. Man cannot live without prejudices, and not only because no human being's intelligence or insight would suffice to form an original judgment about everything on which he is asked to pass judgment in the course of his life, but also because such a total lack of prejudice would require a superhuman alertness. That is why in all times and places it is the task of politics to shed light upon and dispel prejudices, which is not to say that its task is to train people to be unprejudiced [...]. The degree of alertness and open-mindedness in a given epoch determines its general physiognomy and the level of its political life (Arendt, 2005, p.100).

As indicações da autora judia nesse trecho podem ser entendidas para muito além do questionamento dos preconceitos das pessoas em termos de valores morais. Devem ser compreendidas no âmbito do questionamento dos preconceitos em relação à política em si mesma, a partir dos termos da abertura à revisão de parte dos contextos formadores, o que implica na tolerância à maior pluralidade das discussões e no enriquecimento do exercício da imaginação de instituições que possam ser abertas à revisão e ao aprofundamento da democracia.

Mesmo escrevendo num contexto de irrupção dos regimes totalitários na Europa, a crítica de Arendt (2005) em relação ao esvaziamento da política se mantém atual. Nessa apreciação ela se utiliza da metáfora do deserto.

The modern growth of worldlessness, the withering away of everything between us, can also be described as the spread of the desert. [...] precisely because we suffer under desert conditions we are still human and still intact; the danger lies in becoming true inhabitants of the desert and feeling at home in it. (Arendt, 2005, p.201).

O deserto arendtiano já existe no mundo real e seu uso metafórico reflete a ausência de debate político no seio das democracias,

capturadas pelos poderosos interesses econômicos. A restrição à participação ocorre tanto pelos preconceitos do homem comum em relação à política quanto por uma estrutura institucional que limita o alargamento da participação política. A manutenção do sofrer na vida no deserto reflete a manutenção da capacidade de resistência do humano. A resistência à adaptação da vida às condições do deserto aparece como uma vantagem, pois mantém vivo o potencial de crítica. Acostumar-se ao deserto é morrer. Os desertos são também compostos pelos oásis, fontes vitais distanciadas da imediatividade das condições políticas, as quais permitem viver no deserto sem que se possa acostumar-se com ele. Os oásis devem ser abrigo parcimonioso, pois refugiar-se neles eternamente com o objetivo de escapar do mundo do deserto, da política, dos desafios da vida pública pode fazer com que eles desapareçam, tomados pela areia.

O pensamento progressista deve evidenciar sua recusa em pensar a esfera pública a partir de um entendimento da natureza humana que absolutize os interesses particulares e a propriedade privada⁶. Há que se permitir a crítica radical por meio da inflação da capacidade teórico-reflexiva, pois o homem não é impotente perante o mundo, não há que se pedir que sejam apenas realistas quando a possibilidade de agência humana é uma porta aberta na história pronta a construir o novo e a desafiar o deserto.

3 BASES DA TEORIA SOCIAL UNGERIANA

Roberto Mangabeira Unger é um teórico brasileiro que já produziu mais de uma dezena de obras de grande impacto no cenário internacional⁷. Professor da prestigiada Harvard University, desenvolve temas ligados à filosofia e à reconstrução da teoria social, com especial ênfase na reconstrução da análise jurídica e econômica. O

⁷ Na linha do que propõe Nelson Goodman (1978, p.6), a possibilidade de construção de novos mundos surge a partir de modos distintos de descrição a respeito do mundo que já existe. Sua construção é, nesse sentido, uma reconstrução.

⁸ Dentre os livros de Unger, destacam-se “False necessity: anti-necessitarian social theory in the service of radical democracy” (2004a), “Democracia realizada: a alternativa progressista” (1999), “Política: os textos centrais, a teoria contra destino” (2001), “O direito e o futuro da democracia” (2004b), “O que a esquerda deve propor” (2008) e “Free Trade Reimagined: the world division of labor and the method of economics” (2007a).

premiado historiador inglês Perry Anderson destaca que “he forms part of that constellation of Third World intellectuals, active and eminent in the First World without being assimilated by it, whose number and influence are destined to grow” (Anderson, 1992). Além disso, constata que a teoria social desenvolvida por ele, embora esteja distante dos círculos hegemônicos, traz à baila elementos bastante renovadores. É sobre alguns desses aspectos tão caros à Teoria Social que este artigo se debruçará. O que chama a atenção em suas obras é o fato de orientar sua análise para o futuro, de modo a investigar possibilidades e manter acesa a chama da esperança.

Em suma, a teoria social proposta por Unger faz com que seja possível relembrar do mito de Prometeu. Zeus, poderosa divindade mitológica, após criar os seres vivos, teria encarregado os irmãos Prometeu e Epimeteu a distribuírem as capacidades que distinguíssem os animais entre si. Epimeteu, quando chegou a vez de dar as qualidades ao homem, percebeu que já tinha gastado todas elas distribuindo-as anteriormente aos seres irracionais. O homem, então, havia ficado ‘nu, descalço, sem abrigo e sem defesa, incapaz de sobreviver num mundo hostil’ (Platão, 1999). Assim, Epimeteu pediu auxílio a Prometeu que, por sua vez, teria ido até o Monte Olimpo e tomado de Zeus um poder que era até então exclusivo das divindades: o fogo. Zeus, ao se dar conta do ocorrido, teria enviado Prometeu para sofrer eternamente acorrentado a uma rocha no topo das montanhas do Cáucaso, no qual seu fígado era diariamente comido por uma águia, apenas para regenerar-se durante a noite e ser novamente comido por ela no dia seguinte. Após muito sofrer, Prometeu é desacorrentado por Heracles, que também mata a águia que comia diariamente o fígado de Prometeu (Hesíodo, 2010).

A tomada do fogo divino em favor da humanidade consumada por Prometeu é a base da ideia de divinização do homem e da mulher comuns estabelecida por Unger. A partir do domínio simbólico do fogo, que também está ligado ao domínio da razão, o homem passa a ser capaz de ser agente de seu destino, engrandecendo-se a si mesmo e à sua sociedade. Ao contrário de Prometeu, os homens comuns não buscam salvar o mundo, mas apenas a si mesmos. Con-

tudo, ao divinizar-se também passam a salvar o mundo, graças à sua vitalidade direcionada para mudar as instituições e quebrar as correntes que os conservam presos, permitindo matar as águias do fatalismo que os consome e os mantém sem ação.

Para cumprir tal intento, a teoria social de Unger está ancorada em eixos distintos. O primeiro deles relaciona-se com a reinterpretação da sociedade, alvo primordial da apreciação desse artigo, e o segundo encontra-se nos esforços para a construção de um programa político de reconstrução das instituições. Paralelamente aos dois eixos há o propósito de mudança da própria psicologia política das pessoas inseridas nesse ambiente. Do ponto de vista teórico, este modelo é diverso tanto do marxismo quanto das ciências sociais empíricas e busca se colocar como uma alternativa plausível e real a cada um deles, pois incorpora mais mundos para a análise social e não se rende ao ‘deserto’ do mundo real.

3.1 Agenda de reinterpretação da sociedade

As preocupações de sua agenda de reinterpretação da sociedade estão ligadas à análise da tensão interna às teorias sociais nos últimos dois séculos. Tal tensão – muito evidente no marxismo - está associada ao caráter de artefacto dado às instituições que organizam a vida social, ou seja, ao reconhecimento da capacidade de imaginação e fabricação humanas dessas instituições, muito mais do que a determinado padrão imutável explicado pela natureza humana. Por outro lado, essas mesmas teorias buscam desenvolver uma suposta ciência da história e da sociedade, as quais apresentam o homem como produto de lógica evolucionista, baseada em constrangimentos econômicos, organizacionais ou psicológicos dos quais ele seria incapaz de superar ou alterar.

O maior exemplo na tentativa de construção de uma ciência da história governada por leis incapazes de serem alteradas pelos homens e mulheres localiza-se no que Unger chama de teorias sociais de estrutura profunda – representadas par excellence pelo marxismo. Elas estariam fundamentadas essencialmente sob um tripé

argumentativo. O primeiro desses esforços está localizado na tentativa de localizar os conflitos práticos e de ideias no cotidiano e sua relação com os contextos formadores⁸ em cada momento histórico, de forma a relacionar os contextos formadores com as rotinas estabelecidas. A segunda característica é o esforço para identificar as estruturas com tipos de organizações sociais que são recorrentes e indivisíveis. Indivisíveis porque os elementos ou se mantêm todos juntos ou caem todos juntos. São repetíveis porque estão sujeitos a surgirem igualmente em períodos e sociedades distintas, ou seja, pressupõe que feudalismo (ou capitalismo ou socialismo ou comunismo) se repetiriam na história e teriam estruturas iguais em todos os locais. A terceira característica toma forma a partir de um apelo às leis de transformação estabelecidas, constrangimentos tidos como inevitáveis que se tornariam reais à medida que se desse o avanço da sequência fechada de estágios de organização social, cuja consequência seria a realização dessas estruturas indivisíveis e repetíveis (Unger, 2001, p.12).

Em resposta ao descrédito dessa teoria social de estruturas profundas, a partir de uma equivocada interpretação segundo a qual ela seria excessivamente apegada à construção das teorias, a ciência social empírica (cujos pressupostos foram aclarados no início desse artigo) ganhou terreno, entre outras iniciativas, negando as relações entre os contextos formadores e as atividades rotineiras, ou seja, deixa de explorar a contento o conflito de ideias e de práticas presentes no cotidiano e a relação desses conflitos com os contextos formadores que moldam essas disputas em cada situação histórica. Essas duas correntes acabaram por produzir visões que naturalizam a sociedade existente, cristalizando as instituições estabelecidas e ceifando o potencial imaginativo das ideias. (Unger, 2001, p.9).

Essa agenda da teoria social ungeriana apresenta um novo modelo de entendimento do mundo, para além não só do marxismo, mas também da ciência social empírica cuja compreensão das

⁹ Anderson, em seu artigo “Roberto Unger and the politics of empowerment”, observa que o conceito de contexto formador é uma noção que alternativa ao conceito marxista de modo de produção. Os contextos formadores, elemento analítico fundamental na teoria social ungeriana, marcam o modo pelo qual se dão as regras em relação ao uso e alocação dos recursos culturais, econômicos e políticos numa sociedade por parte dos grupos de interesse e indivíduos.

instituições de cada sociedade está alicerçada sob episódios acumulados de acomodação de interesses ou como a solução possível para os problemas vigentes, sem o tratamento do fundo causal originário dos problemas. Unger, ao questionar a teoria social empírica e a de estruturas profundas, não se torna um niilista que apenas denuncia, mas busca reconstruir a teoria social.

Unger (2007b) identifica três tendências no pensamento contemporâneo: a racionalização, o escapismo e a humanização. Todas elas estão unidas na crença de que as sociedades não podem ser transformadas. A racionalização, muito presente nas ciências sociais positivas, está identificada com o hegelianismo de direita e tem a ver com a reificação das instituições estabelecidas, tratando-as como inevitáveis e necessárias. Tudo o que proponha alterar o mundo social estabelecido é mal visto. As ciências sociais empíricas, economia e o economicismo influenciado pelas ciências duras são os melhores representantes da tese de que o mundo não pode ser transformado, e deve ser apenas racionalizado. A segunda tendência do pensamento contemporâneo é o escapismo, identificada nas humanidades, em geral. Está ligada à subjetividade pós-moderna das disciplinas das humanidades: essa tendência acredita que as instituições e práticas sociais são inimigos irreconciliáveis da transcendência do espírito. O negativismo dessa tendência infla a subjetividade humana e foge do mundo real, deixando de lado a discussão política a respeito das estruturas sociais, dos contextos formadores.

A terceira tendência do pensamento atual é a humanização, presente majoritariamente no direito e nas políticas públicas. Essa corrente alega que a sociedade não pode ser profundamente modificada, pois seria demasiado perigoso. Assim, o que resta a fazer é dar a melhor cara ao mundo existente, por meio da redistribuição marginal de bens e direitos - sem a modificação profunda das instituições existentes - de modo a atenuar as consequências da economia de mercado e moderar a exclusão de grupos desprivilegiados sem, contudo, atacar as fontes estruturais de tais problemas. Outra das estratégias dessa tendência é lançar mão de discurso generalizador e idealizador, em que o Direito é orientado a alcançar esquemas de

dever moral e de bem-estar coletivo sob a forma de discurso finalístico. Assim, embora a possibilidade de transformação social por meio da ideia básica que fundamenta as políticas públicas não se cumpra e permaneça como um ideal regulatório, a resolução dos problemas é sempre pressuposta. Os esquemas de dever moral e bem-estar coletivo mais identificados com essa ideia são dois. O primeiro deles fundamenta-se na ideia de que as leis são resultado de conflitos entre grupos com interesses organizados na arena do Estado e o segundo postula a ideia de que as leis são resultado de ideais impessoais de bem-estar. Unger (2004b, p.65) identifica a contradição entre as duas perspectivas na medida em que a primeira delas reconhece o Direito como resultado de acordos de grupos baseados em interesses específicos e a segunda perspectiva reconhece o Direito como expressão de objetivos gerais, ideais e impessoais.

A primeira perspectiva, o pluralismo, costuma ser apresentada pelo discurso político até o processo legislativo, no momento em que se fazem as leis, no momento da disputa partidária ou de grupos no Parlamento. A segunda perspectiva é mais utilizada no momento posterior, normalmente quando alguém busca aplicar tal lei ou justificar a sua existência. Embora essas duas perspectivas não necessariamente possam ser encontradas somente sob esta ordem de organização, é mais comum que ocorra assim. E não é por acaso. Unger (2004b, pp.74-75) procura explicar algumas das razões pelas quais isso ocorre desse modo. Contudo, a mais importante delas talvez seja o fato de que se as leis forem vistas como um produto egoísta que beneficie somente interesses parciais no momento da aplicação do Direito, sendo impossível uma interpretação que a afaste dessa descrição, é bem provável que ela fique sujeita à revisão judicial com riscos de invalidação. Na verdade, a linguagem do bem comum tem como consequência dar uma cara de neutralidade e mascarar o domínio ideológico de determinados grupos de interesses sobre o restante da sociedade ou, utilizando um vocabulário marcadamente marxista, encobre a luta de classes.

Na tentativa de superar as tendências do pensamento contemporâneo e construir a teoria social do experimentalismo costuma utili-

zar-se do slogan “tudo é política” para sintetizar o seu direcionamento. Ao fazer tal afirmação os adeptos da teoria social ungeriana querem dizer que as formas de organização social estabelecidas não refletem forças impessoais e irresistíveis. Não são necessidades impostas. São, no máximo, ilusões de falsas necessidades criadas pelas pessoas a partir do momento em que se rendem às tentativas de mudar o mundo social. Explicitam o fato de que os arranjos estabelecidos são resultado de uma sequência de conflitos práticos e imaginativos. As lutas que se dão com o objetivo de conquista e manutenção do poder do Estado são políticas. Assim como são políticas as presentes lutas pelo controle de recursos materiais e imateriais cujos resultados poderão definir os arranjos sociais futuros. Sinteticamente, os defensores do slogan “tudo é política” negam que os arranjos sociais sejam produto de necessidades práticas ou de algum tipo de racionalidade. Os arranjos sociais são, portanto, fruto da imaginação institucional.

The illusions of false necessity arise because we surrender to the social world, and then begin to mistake present society for possible humanity, giving in to the ideas and attitudes that make the established order seem natural, necessary, or authoritative. By wanting and imagining something else, in a way that let us see how something else could arise out of the here and now, we dispel this hallucination. [...] The central difficulty in our understanding of ourselves and of society is that we cannot mark out the limits of the possible. The possible in society and history is not a well-defined, closed set of transmutations within which actual historical experience has developed as a subset. The possible is just what we can do next, getting there from here. However, so long as we make a living connection between our ideas about how we got here and our ideas about how we can get to the next place, we do not need to stare at what exists and to represent that stare as insight. We can imagine what exists as the resting place and the starting point that it always really is (Unger, 2004a, p.XX).

De acordo com Unger, a concepção do novo não diz respeito à idéia de que as possibilidades são predefinidas e apenas esperam para materializar-se. Trata-se de algo realmente novo, e que se torna possível a partir da imaginação que avança do que já existe - a partir dos contextos formadores presentes - em direção às possibilidades adjacentes, mais imediatas: os próximos passos. Essa interpretação chama a atenção para a análise do que a realidade pode vir a ser a partir de determinadas intervenções de acordo com tais e quais contingências (Teixeira, 2009, p.17).

O viés anti-necessitário da teoria social de Unger é direcionado para a resolução dos problemas decorrentes dos ciclos de reforma e entrincheiramento tão característicos das democracias ocidentais do Atlântico Norte. Esses ciclos de reforma e entrincheiramento fazem com que os governos dessas democracias optem ou pela redistribuição marginal de bens e direitos ou por tentativas de gerar crescimento econômico por meio de concessões aos grupos organizados na sociedade. As sociedades que não estejam vulneráveis à crença das necessidades falsas da vida social são mais propensas a romper o cerco aos mecanismos de dependência, submissão e domínio hierárquico. Isso se dá porque conforme os conflitos se intensificam e perturbam os contextos formadores, multiplicam-se as possibilidades de recombinação de alianças sociais.

Há três conceitos fundamentais para o entendimento da teoria ungeriana: os contextos formadores já explicitados anteriormente, a ideia de capacidade negativa e a ideia de história aberta. A capacidade negativa⁹ relaciona-se ao grau de abertura à revisão dos contextos formadores ou ao grau de desentrincheiramento dos contextos. O aumento da capacidade negativa tem a ver com a revisão e superação dos contextos formadores e a criação de contextos mais suscetíveis à revisão, de modo a diminuir o distanciamento entre os contextos formadores e as rotinas formadas (Cui, 2001). Tal conceito está diretamente ligado à garantia das liberdades humanas para atingir seus objetivos, assumindo que a história é aberta e está pronta para a construção do

10 Se a ideia de contextos formadores procura ser uma noção alternativa e menos rígida ao conceito marxista do modo de produção, chama a atenção a proximidade do conceito de capacidade negativa como contraponto à noção de luta de classes.

novo a partir da ideia da possibilidade humana de moldar a sociedade à sua maneira. Dessa forma, o segundo conceito liga-se ao terceiro.

A partir do aumento da capacidade negativa aplicada aos contextos formadores é possível aumentar o grau de revisão das estruturas, tornando-as mais plásticas. A capacidade negativa pode ser garantida por meio dos direitos de desestabilização (Unger, 2001, p.373), os quais protegem os cidadãos e o interesse coletivo contra a opressão, o reforço na rigidez das hierarquias sociais e o entrincheiramento de privilégios de facções ao assegurar sua crítica e revisão.

Nesse sentido, há o reconhecimento da premissa de que as estruturas e instituições são limitadas pelos contextos e contingências. Dentro da estabilidade dos contextos formadores é possível identificar contradições, pressões e rivalidades nas quais diferentes grupos podem opor suas opiniões e interesses, possibilitando a abertura de brechas para a desestabilização do contexto e desentrincheiramento, de modo a buscar recombinações ou novas configurações para alguns componentes do contexto. Assim, cada passo adiante na aplicação da prática experimentalista denunciará novas ambiguidades entre as instituições estabelecidas e a prática social. Desse modo, quanto maior o grau de desentrincheiramento, maiores serão as possibilidades de revisão de partes daquele contexto formador, de modo a permitir a possibilidade de recombinações daquele contexto. Desse modo Unger procura superar a necessidade da crise¹⁰ como condição fundamental para a realização de mudanças.

Enquanto o experimentalismo institucional de Mangabeira Unger é reformista, na medida em que atua na recombinação dos contextos formadores a partir da sua revisibilidade, o resultado de seu esforço é revolucionário, pois age em favor do empoderamento da cidadania, do aprofundamento democrático e da quebra das hierarquias sociais, preservando a dominação do aparelho do Estado por parte de grupos de interesses específicos.

11 Sobre o papel da crise como condição fundamental para as mudanças sociopolíticas e econômicas e a relação entre rotina e revolução nas sociedades contemporâneas, Unger (2004b, p.33) afirma que “um experimentalista democrático não vai ficar esperando pelo próximo momento mágico. Em vez de nos ver coroados pela história, ele vai insistir que nos coroemos a nós mesmos”.

4 CONCLUSÃO

A reconstrução de um novo discurso capaz de colocar em xeque a teoria hegemônica presente na Teoria Social e, especialmente, no interior da Ciência Política, pleiteia a inclusão de reflexão que magnetize a análise social e histórica, contextual e contingencial da vida em sociedade, em suma, um discurso que envolva mais mundos, para além do mundo da racionalidade e da inércia institucional tão típicos do hegelianismo de direita. Modos de pensar racionais não devem se ausentar dessa nova reflexão, mas podem ser desinflados, na medida em que são apenas parte do contexto da vida social. Há que se questionar o modo de se lidar com o tema da política que inclua apenas marcadores internalistas e que não problematize as questões estruturais mal-resolvidas das sociedades contemporâneas. Do ponto de vista prático esse método mantém a política institucionalizada como lócus de atuação de determinados grupos organizados e especialistas, excluindo a grande massa de desorganizados na medida em que, assim, esta se torna cada vez menos crente na capacidade de mudança que a política pode operar nas suas vidas. O desentrançamento e a abertura para a revisão dos contextos se tornariam pressupostos inegociáveis de uma democracia experimentalista.

A reflexão política da teoria social empírica traz consigo uma força ideológica que muitas vezes passa despercebida e acaba por contribuir para a manutenção do status quo, sob a forma de um hegelianismo de direita. Questionar tais pressupostos para além do simples denunciamento é fundamental para a reconstrução do mundo e das instituições a partir das limitações e das contingências do presente. A vitalidade do exercício da teoria social transformadora proposta pelo experimentalismo democrático serve tanto para propiciar condições para o crescimento econômico quanto para dar condições para a emancipação individual, para além das rígidas divisões de classe. Dessa forma seria possível fazer cumprir a promessa de Prometeu, ao fazer com que a política não esteja sujeita ao fatalismo de um destino incontornável, mas fazer com que o homem e a mulher comuns sejam engrandecidos sem se render à hostilidade do clima do deserto.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Roberto Unger and the politics of empowerment. In: ANDERSON, Perry. A zone of engagement. London: Verso, 1992. (pp. 130 - 148).
- ARENDRT, H. A promessa da política. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.
- _____. The promise of politics. New York: Schocken Books, 2005.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. Two faces of power. The American Political Science Review, Vol.56, Issue 4, pp. 947-952, Dec. 1962.
- BENDER, T. Politics, intellect and the American university (1945-1995). In: BENDER, T.; SCHORSKE, C. E. (Orgs.). American academic culture in transformation: fifty years, four disciplines. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- CARVALHO, B. S. A escolha racional como teoria social e política: uma interpretação crítica. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- CUI, Z. Prefácio. In: UNGER, Roberto Mangabeira. Política: os textos centrais. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. (pp. 11 - 22).
- DICKENS, C. Hard Times: an authoritative text, background, sources, and contemporary reactions criticism. Editado por George Ford e Sylvère Monod. New York and London: Norton and Company, 1990.
- HESÍODO. Teogonia / Trabalhos e dias. Tradução de Sueli Maria de Regino. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- GOODMAN, N. Ways of worldmaking. Indianapolis (Indiana/EUA): Hackett Publishing Company Inc, 1978.
- KOSELLECK, R. Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- LESSA, R. O campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. Revista Estudos Hum(e)anos, nº 2. 2011. Disponível em: <<http://revista.estudoshumeanos.com/o-campo-da-ciencia-politica-no-brasil-uma-aproximacao-construtivista-por-renato-lessa/>>.
- PIMENTA, Alberto. Ascensão de dez gostos à boca. Coimbra: edição do autor, 1977.
- PLATÃO. Protágoras. Trad. Ana Piedade Elias Pinheiro. Lisboa: Relógio

D'água, 1999.

- RIESMAN, D.; JENKINS, C. *The Academic Revolution*. New York: Doubleday, 1968.
- TAYLOR, R.; HALL, P. As três versões do neoinstitucionalismo. *Revista Lua Nova*, n. 58, pp. 193-224, 2003.
- TEIXEIRA, C. S. G. *A esquerda experimentalista: análise da teoria política de Unger*. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 162 p.
- THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, Vol. 2, pp.369-404, 1999.
- UNGER, R. M. *O que a esquerda deve propor*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *Free Trade Reimagined: the world division of labor and the method of economics*. Princeton (New Jersey): Princeton University Press, 2007a.
- _____. *The self awakened: pragmatism unbound*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 2007b.
- _____. *False necessity: anti-necessitarian social theory in the service of radical democracy*. Cambridge (Massachusetts/EUA): Cambridge University Press, 2004a.
- _____. *O direito e o futuro da democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004b.
- _____. *Política: os textos centrais, a teoria contra destino*. Tradução: Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- _____. *Democracia realizada: a alternativa progressista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- WOLIN, S. Political theory as a vocation. *The American Political Science Review*, Vol. 63, nº4, pp.1062-1082, 1969.

Recebido em: 04/05/2014

Aprovado condicionalmente em: 06/10/2014

Aprovação final em: 03/11/2014